



[HOME](#) |

**O Boom da Exploração Mineral: revisitado**

## O Boom da Exploração Mineral:

### *Revisitado*

**Eduardo Vale**

O artigo anterior analisou a metodologia empregada pelo Fraser Institute para o ranqueamento das jurisdições de vocação mineral em termos de competitividade. Por outro lado, algumas semanas atrás o geólogo [Pedro Jacobi](#) ofereceu contribuição sobre a pesquisa mineral baseada na sua larga experiência profissional. Destacou aspectos históricos selecionados e ofereceu importantes estímulos à reflexão sobre a exploração mineral no País ([veja mais](#)). Desta feita, mantém-se o curso no tema analisando-se o posicionamento do País frente ao novo ciclo de investimentos que se prenuncia.

Em se tratando das desvantagens competitivas do Brasil, os principais óbices são reconhecidos e referenciados, em geral, pela alta carga tributária, pelo peso da burocracia e pelas restrições na oferta de infra-estrutura. Para a indústria de mineração, a exploração mineral é de importância fundamental na medida em que representa o primeiro elo na cadeia de suprimento de bens minerais. Nesse sentido, um dos aspectos cruciais diz respeito às informações geológicas disponibilizadas para o investidor privado em nível da natureza, da abrangência, da formatação e da escala dos trabalhos. Por analogia, os trabalhos básicos e de semi-detelhe oferecidos pelo governo podem ser classificados como a “**infra-estrutura de informações geológicas**” a ser disponibilizada para as empresas de exploração. Este acervo de informações, face à sua interface crítica com o limiar do processo de alocação de capital privado, assume tal caráter estratégico que podemos qualificá-lo como integrante da infra-estrutura nacional. Esta dimensão não convencional do conceito de infra-estrutura, nem por isso menos prioritária, em se tratando de um país em desenvolvimento, com território de dimensões continentais e notórios desequilíbrios na distribuição da renda econômica (pessoal e regional) representa um desafio fundamental a ser equacionado.

### **Os Anos 90**

Durante os anos 90, face ao crescente interesse das empresas estrangeiras na exploração mineral no Brasil (especialmente para ouro) os investimentos aumentaram substancialmente assim como as transações envolvendo propriedades e direitos minerários. Com a alteração introduzida na Constituição (1995) e a revisão do Código de Mineração (1996), dezenas de empresas internacionais de mineração,

com destaque para as juniores com ações negociadas nas bolsas canadenses, estabeleceram escritórios no País, formalizaram acordos de exploração com empresas já estabelecidas, requereram áreas para exploração etc. A maioria dessas empresas focalizou a condução de suas campanhas de pesquisa em regiões dos estados de MG, GO, BA, PA e MT. Não obstante, a partir de 1997, em função do impacto conjugado de vários acontecimentos relevantes sobre o mercado internacional de ouro observou-se uma forte reversão de expectativas com reflexos desfavoráveis nos patamares dos investimentos. Em nível global, face à importância do ouro enquanto vetor de mobilização de capitais para a exploração o impacto foi acentuado. No caso brasileiro, observou-se a mesma tendência visto que a importância relativa do metal é mais acentuada representando cerca de 65% dos investimentos totais em exploração nos últimos 22 anos.

Indiferentemente ao comportamento do ouro, registre-se que o processo de afluência da América Latina como destino preponderantemente dos investimentos em exploração mineral encontrou o País no contrapé, disponibilizando uma infra-estrutura insatisfatória de informações geológicas, segundo os critérios privados, mesmo em regiões de notória potencialidade. Este condicionamento combinado, à época, com o rápido ingresso de investidores, a falta de áreas disponíveis, a natural especulação que se seguiu, a exacerbação do garimpo como referencial locacional para os investimentos (face à carência de melhores informações) e o subsequente desapontamento por força das limitações conceituais das campanhas exploratórias, acabou por contribuir indiretamente para exacerbar as dificuldades, aprofundar a degradação das expectativas e precipitar o retraimento ou mesmo retirada de importantes grupos empresariais.

Ressalte-se que os trabalhos de exploração já conduzidos são significativamente limitados no que concerne ao extenso potencial geológico inferido para o País. Parte dessa restrição está associada ao nível de detalhamento da informação geológica disponível. A bem da verdade, excluindo as áreas sedimentares, até 1998 o País não dispunha de mais do que 10% do seu território mapeado na escala 1:100.000. Em termos de mapas metalogenéticos, na escala 1:250.000 a percentagem era inferior a 40%. Mesmo em se tratando da região Amazônica, palco de uma das maiores corridas de ouro do mundo e uma das mais prospectivas, sua geologia é pouco explorada. Segundo o Plano Plurianual Para O Desenvolvimento do Setor Mineral, o nível e a qualidade das informações geológicas era considerado muito insatisfatório: "mesmo considerando que 50% dos 160 principais distritos mineiros estavam mapeados na escala 1:100.000, parcela expressiva desses trabalhos foi realizada no passado distante carecendo de reinterpretação". Por outro lado, ainda segundo o mencionado documento, "áreas de importantes distritos auríferos situados na região amazônica encontravam-se mapeadas apenas na escala 1:1.000.000 e, ainda assim, a partir de trabalhos executados na década de 70". Em síntese, a área total disponibilizada com mapeamento geológico na escala 1:100.000 representava tão somente 10% do território nacional.

De um modo geral, as demais regiões também se caracterizam por um nível de conhecimento geológico notoriamente insuficiente quando focalizado segundo os critérios e necessidades da iniciativa privada. O estado de Minas Gerais, por exemplo, com uma área ao redor de 585.000 km<sup>2</sup>, a despeito do inquestionável potencial, da longa tradição mineira e dos inegáveis esforços desenvolvidos pela Comig nos últimos anos, salvo informações mais atualizadas, não dispõe ainda do seu território integralmente coberto na escala de 1:100.000. Diga-se de passagem que esse nível de detalhe pode ser qualificado apenas como modesto, ainda que satisfatório, para referenciar, em primeira aproximação, o clima de investimentos de um país em desenvolvimento.

A relativa incipiência da "infra-estrutura" nacional reflete a conjugação, ao longo do tempo, de inúmeras disfunções no processo decisório e de alocação de recursos e de restrições inclusive orçamentárias. Abstraindo-se as causas - em nome da objetividade e do espaço - e retroagindo cerca de 25 anos de forma a abarcar o término dos trabalhos do I Plano Mestre Decenal, constata-se que, segundo as necessidades do processo decisório empresarial e tendo em vista o prazo decorrido, pouco foi acrescentado ao acervo nacional de informações. Faz-se mister ressaltar que, a bem da verdade, **esse percentual de 10% estimado para a área coberta na escala de 1:100.000 permanece atual,**

## **muito embora já constasse das estatísticas oficiais desde o início dos anos 80!**

As restrições e condicionantes que influenciam o clima de negócios na mineração brasileira são vários e podem ser associados em grande parte à magnitude e à natureza dos investimentos não realizados, especialmente na exploração. Como ícone da carência de objetividade e de diligência na alocação de recursos, mencione-se o exemplo do governo peruano que apenas em 1997 disponibilizou novos mapas totalizando 150.000 km<sup>2</sup> e tinha como compromisso terminar o mapeamento de todo o território (**1.285.000 km<sup>2</sup>**) em 1:100.000 até o ano 2000. O que foi cumprido! Apesar do modesto volume dos investimentos realizados, o retorno econômico de um programa de investimentos públicos formatado para alavancar o processo decisório privado está refletido nas estatísticas de comportamento da produção mineral peruana nos últimos anos e no impressionante portfólio de prospectos em estágio avançado e de projetos em desenvolvimento para metais básicos e preciosos.

Por definição, analogamente ao setor de ciência e tecnologia, o processo de alocação dos investimentos na "infra-estrutura de informações geológicas" está susceptível da mesma dualidade decisória: pesquisa (projeto) básica versus pesquisa (projeto) específica. Considerando o estágio atual do conhecimento e a inevitável e sempre presente restrição orçamentária, **impõe-se a definição de um programa pragmático e ousado de investimentos que privilegie a oferta de projetos de semi-detalhe e, principalmente, de projetos específicos e de levantamento aerogeofísico em áreas selecionadas com base na maior probabilidade relativa para gerar oportunidades de investimento em exploração e lavra no médio prazo.**

### **Um Novo Ciclo?**

A maioria das sinalizações sugerem que sim. Desta feita, porém, mais intenso e de maior duração e amplitude relativamente aos anos 90 na medida em que está apoiado em fatores estruturais como um crescimento internacional mais disseminado e na intensa demanda chinesa por matérias-primas. Nesse sentido, o boom da exploração será alavancado também pelos metais. Naturalmente, o ouro face ao nível de preço, ao cenário político internacional, ao valor relativo do dólar americano, à relativa exaustão do processo de consolidação da indústria, às baixas taxas de juros, às políticas de liberalização comercial para o varejo na Índia e na China etc manterá seu papel preponderante no processo, especialmente em se tratando dos canais de captação de fundos em bolsa explorados pelas juniores. Corroborando essa expectativa, destaca-se a ambiência auspiciosa de negócios sugerida aos 9.000 participantes do PDAC 2004 pela lotação da área reservada às empresas. No caso brasileiro, em particular, constatou-se um aumento acentuado nas empresas com interesses estabelecidos ou interessadas no País. Finalmente, no plano interno, apesar da natural discrepância das estimativas, as projeções apontam a retomada do processo de crescimento da economia na vizinhança dos 3% a.a.

### **Restrições & Disfunções**

Abstraindo-se os fatores de natureza macroeconômica, em nível das disfunções setoriais a problemática é a mesma observada nas últimas décadas, com destaque para a incipiência da infra-estrutura de informações geológicas. Com relação aos anos 90, o grande avanço observado está associado à maior velocidade na liberação dos processos por parte do DNPM e à redução da especulação com áreas de pesquisa (por força do encargo por hectare requerido) que contribuíram decisivamente para equacionar importante restrição do passado. Admitida a hipótese de não retrocesso, o grande objetivo da ação de governo se volta para o básico de sempre: acelerar o conhecimento dos recursos de forma a alavancar a cadeia de geração de oportunidades de negócios e, por via de consequência, os investimentos em exploração e lavra.

Tendo em vista os "avanços quantitativos e qualitativos" observados na infra-estrutura de informações geológicas estão presentes grande parte dos mesmos ingredientes que comprometeram a inserção do País no ciclo anterior: carência de informações na escala adequada e nas áreas de maior prioridade,

timidez no uso dos métodos geofísicos, predominância de propriedades antigas e sem novas informações e de propriedades requeitadas etc. A oferta progressiva, diligente e expedita de áreas prioritárias - antigas e novas - cobertas por novos trabalhos de geologia e de geofísica em escala adequada e compatível com os critérios de alocação do setor privado permanece em aberto.

Em evento promovido pelo jornal O GLOBO com o apoio do IBRAM (janeiro/2004), alto executivo de empresa de grande porte mencionou que a mineração do País encerraria um atraso de 30 anos. Em se tratando da exploração mineral compartilha-se da mesma opinião. Na quadra atual, essa pendência programática e estratégica torna-se ainda mais crítica para o País numa ambiência de negócios global em que as juniores assumem papel preponderante na vanguarda do processo de expansão das fronteiras da exploração contanto inclusive com o reconhecimento estratégico e o suporte tático de grandes corporações.

Em paralelo às preocupações e iniciativas em curso direcionadas às pequenas e médias empresas nacionais de mineração, no que concerne especificamente ao segmento mais dinâmico da exploração mineral, como medida mitigadora do atraso em que o País se encontra não parece haver alternativa ao cumprimento de uma agenda que contemple pelo menos duas ações:

- A concentração de esforços no mapeamento na escala de (pelo menos) 1:100.000 e na realização de trabalhos de geofísica priorizando às áreas com maior potencial geoeconômico e locacional para oferecer retorno; e
- Programa expedito de liberação anual de informações inserido inclusive na participação da delegação brasileira no PDAC, com a apresentação formal dos resultados em seção específica para os investidores.

Finalmente, sugere-se que a resolução das pendências relativas à **Reserva Nacional do Cobre**, caso existam de fato, sejam elevadas à categoria de prioridade nacional e solucionadas de sorte que as empresas com direitos adquiridos possam exercê-los caso desejem. Tendo em vista sua extensão e o reconhecido potencial da Reserva, no que concerne às áreas já disponíveis ou a disponibilizar, poder-se-ia pensar em um processo de licitação internacional que certamente alavancaria, de forma decisiva e emblemática, a inserção internacional do País como destino dos investimentos em exploração que no ciclo atual que se inicia.

**A propósito, decorridos mais de 25 anos da criação da Reserva Nacional do Cobre qual o seu status em nível de conhecimento geológico?**

MAIN calcres minex - 21/3/2004 17:48:15

Como você classifica esta matéria? Clique na figura que mais se aproxima da sua avaliação

		
---	---	---

| [voltar](#) |

Você não conhece algum termo técnico? Procure no nosso glossário palavra com mais de 2 letras



Imprimir



by



Internetbrasil.com.br

[Home](#) | [Fale conosco](#) |